

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      , DE 2009

Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Compete às empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos a responsabilidade pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis.

§ 1º Constitui responsabilidade das empresas citadas no *caput* as etapas de acondicionamento, disponibilização para coleta, coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos vidros automotivos.

§ 2º As empresas poderão, para os fins desta Lei, efetuar a destinação final ou a reciclagem dos vidros automotivos em instalações próprias ou mediante contratação de serviços especializados de terceiros.

§ 3º A contratação de serviços especializados de terceiros para coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos vidros automotivos não isenta a responsabilidade das empresas pelos danos que vierem a ser provocados.

§ 4º Somente cessará a responsabilidade das empresas quando os vidros automotivos forem reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos.

§ 5º As empresas deverão comprovar, quando solicitada, através de documento hábil, a destinação que deram aos vidros automotivos.

**Art. 2º** Ficam expressamente proibidos:

I – o despejo de vidros automotivos juntamente com o lixo doméstico, comercial e industrial;

II – o lançamento ou a disposição de vidros automotivos a céu aberto;

III – o lançamento ou a disposição de vidros automotivos em mananciais e em suas áreas de drenagem, cursos d'água, lagoas, praias, áreas de várzea, terrenos baldios, cavidades subterrâneas, poços e cacimbas;

IV – o lançamento ou a disposição de vidros automotivos em locais não adequados, em áreas urbanas ou rurais;

V – o armazenamento de vidros automotivos em locais inadequados.

**Art. 3º** A ação ou omissão de pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seus decretos regulamentadores.

**Art. 4º** As empresas descritas no art. 1º terão o prazo de cento e vinte dias para se adaptar ao cumprimento desta Lei, contados a partir da data de sua publicação.

**Art. 5º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão editar normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, para as indústrias e entidades dedicadas à reutilização e ao tratamento de vidros automotivos.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Pesquisa do Instituto Autoglass Socioambiental de Educação (IASE) revela que do total de 1,5 milhão de pára-brisas quebrados no Brasil, anualmente, apenas 5% são reciclados. Não existe estimativa de tempo para a decomposição do vidro, caso seja jogado na natureza. Além disso, os vidros automotivos necessitam de tecnologia específica para separar os produtos que entram em sua composição – vidro e plástico –, o que dificulta a reciclagem do material.

Desse modo, é necessária uma legislação específica para regular o tratamento desses resíduos sólidos. Devemos lembrar que o Poder Público, a população e as empresas têm a obrigação de assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras, conforme o estabelecido no art. 225 da Constituição Federal. Portanto, essa medida vem ao encontro de uma série de movimentos em prol do meio ambiente que tem ocorrido em todo o mundo.

Pelas razões expostas, consideramos de elevada importância a participação dos nobres parlamentares no esforço para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador GERSON CAMATA